



IGREJA EVANGÉLICA DA PAZ

Rua Silva Jardim, 503 Macuco – Santos – SP
*Cep 11015-021 – Telefone 0**13 3232-4337*
www.iepaz.org.br – WhatsApp 13-98126-0055
e-mail: iepaz@terra.com.br

Subsede de São Vicente: Rua Frei Gaspar, 3331 – Cidade Náutica

CURSO PANORAMA BÍBLICO I
HISTÓRIA E TEOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO
1º Semestre de 2018

CARTAS PAULINAS I
ROMANOS
I – II CORÍNTIOS
GÁLATAS
EFÉSIOS

Prof. Pb. Washington dos Santos Gonçalves

TEXTO BASE:

Panorama do Novo Testamento,

Robert H. Gundry, Edições Vida Nova, 4ª edição, 1987.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS ADICIONAIS:

A Bíblia Anotada (ARA)

Charles Caldwell Ryrie, Editora Mundo Cristão, 1ª edição, 1991.

Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia,

R.N. Champlin e J.M. Bentes, Editora Candeia, 1995.

Introdução ao Novo Testamento,

D. A. Carson, Douglas J. Moo e Leon Morris, Edições Vida Nova, 1ª edição, 1997.

“...crescei na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo...” (II Pe. 3.18).

CARTAS PAULINAS I – ÍNDICE

CARTA DE PAULO AOS ROMANOS	4
INTRODUÇÃO	4
I – TEMA	4
II – A FUNDAÇÃO DA IGREJA EM ROMA	4
III – DESTINATÁRIOS: JUDEUS OU GENTIOS?.....	5
IV – TEMPO E LUGAR DA ESCRITA	5
V – A QUESTÃO DO CAPÍTULO 16	5
VI – O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO TEOLÓGICO	6
VII – AS PRINCIPAIS DOCTRINAS DA CARTA AOS ROMANOS	7
1. A CULPA HUMANA.....	7
2. PROPICIAÇÃO.....	7
3. FÉ	8
4. BÊNÇÃOS.....	8
5. PECADO ORIGINAL – ADÃO <i>versus</i> CRISTO	8
6. UNIÃO COM CRISTO	8
7. A LIBERDADE CRISTÃ	9
8. DA FRUSTRAÇÃO AO TRIUNFO	9
9. A ELEIÇÃO E A REJEIÇÃO DE ISRAEL.....	9
10. A DEDICAÇÃO CRISTÃ	10
OBSERVAÇÕES FINAIS	10
CARTAS DE PAULO AOS CORÍNTIOS	11
I CORÍNTIOS	11
INTRODUÇÃO	11
I – TEMPO E LUGAR DA ESCRITA.....	12
II – MOTIVO	12
III – O AMBIENTE DA CIDADE	12
IV – OS PROBLEMAS DA IGREJA	13
4.1 DESUNIÃO.....	13
4.2 IMORALIDADE.....	13
V – ORIENTAÇÕES PARA A IGREJA	15
5.1 CASAMENTO E DIVÓRCIO	15
5.2 ALIMENTOS DEDICADOS A ÍDOLOS	15
5.3 O USO DO VÉU	16
5.4 CEIA DO SENHOR	16
5.5 O FALAR EM LÍNGUAS.....	17
5.6 RESSURREIÇÃO	17
5.7 O BATISMO PELOS MORTOS.....	18
A OFERTA E EXORTAÇÕES FINAIS	18

II CORÍNTIOS	18
I – TEMA	18
II – A VISITA DOLOROSA	18
III – A CARTA TRISTE PERDIDA	19
IV – MOTIVO.....	19
V – A INTEGRIDADE DE II CORÍNTIOS.....	19
VI – REPASSE DAS RELAÇÕES PASSADAS E PRESENTES	20
VII – O MINISTÉRIO DO EVANGELHO	20
VIII – A SEPARAÇÃO DO PECADO	20
IX – A OFERTA.....	20
X – A DEFESA DO SEU MINISTÉRIO	21
CONCLUSÃO	21
CARTA AOS GÁLATAS	22
INTRODUÇÃO	22
I – AUTORIA.....	23
II – DESTINATÁRIOS, DATA E LOCAL DA ESCRITA	23
III – TEMA	24
IV – ARGUMENTO AUTOBIOGRÁFICO	25
V – ARGUMENTO TEOLÓGICO	26
VI – RESPONSABILIDADE NA LIBERDADE	27
CONCLUSÃO	27
CARTA AOS EFÉSIOS	28
INTRODUÇÃO	28
I – RELAÇÃO COM COLOSSENSES	28
II – DATA E LOCAL DA ESCRITA	28
III – AUTORIA E CANONICIDADE	29
IV – DESTINATÁRIOS	29
V – UMA CARTA CIRCULAR	29
VI – AS DOUTRINAS ABORDADAS	30
6.1 AS BÊNÇÃOS CELESTIAIS	30
6.2 A GRAÇA DIVINA	30
6.3 UNIDADE E DIVERSIDADE	30
6.4 A CONDUTA SANTA	31
6.5 O ENCHIMENTO COM O ESPÍRITO SANTO	31
6.6 A ARMADURA DE DEUS	31
CONCLUSÃO	32

A CARTA DE PAULO AOS ROMANOS

INTRODUÇÃO

Romanos é a mais longa e teologicamente mais significativa das cartas de Paulo. Ocupa um lugar de proeminência devido ao tratamento mais completo de questões da maior importância para a doutrina cristã, e porque os assuntos abordados são todos de grande profundidade e fundamentais para nossa fé. A maneira como Paulo expressa a relação entre o Antigo e o Novo Testamento, a lei e o evangelho, Israel e a igreja é fundamental para a teologia cristã.

Os estudiosos identificam quatro seções distintas nesta dissertação de Paulo sobre o evangelho que o Senhor lhe confiara:

- (1) O evangelho como a justiça de Deus mediante a fé (1.18 – 4.25);
- (2) O evangelho como o poder de Deus para a salvação (5.1 – 8.39);
- (3) O evangelho e Israel (9.1 – 11.36);
- (4) O evangelho e a transformação de vida (12.1 – 15.13).

I – TEMA

O grande tema da Carta aos Romanos é a justificação pela graça divina, mediante a fé em Jesus Cristo. Jesus deixou implícita essa doutrina nas parábolas do filho pródigo, do fariseu e do publicano, dos trabalhadores da vinha que receberam igual salário e do grande banquete. O mesmo está por trás de sua afirmação “*não vim chamar justos, e sim, pecadores*” (Mc. 2.17), como também por detrás do modo como tratou com Zaqueu (Lc. 19.1-10). Portanto Paulo não inovou a doutrina do perdão gratuito, apesar de havê-la desenvolvido segundo seu estilo todo pessoal. Essa doutrina recebe uma abordagem mais sistemática exatamente nesta carta. Paulo declara seu tema em 1.16-17: as boas novas da libertação do pecado, através da divina redenção, a todos quantos creem em Jesus Cristo.

II – A FUNDAÇÃO DA IGREJA EM ROMA

Clemente de Roma, pai da Igreja primitiva, sugeriu que Paulo e Pedro foram martirizados em Roma. Tertuliano, nos primórdios do século III d.C., e a Igreja de modo geral, tinham aceitado essa tradição. Entretanto, a igreja local de Roma muito provavelmente não foi fundada por apóstolo nenhum, certamente não por Paulo e quase tão certamente nem por Pedro. Conforme já pudemos observar, o historiador romano Suetônio escreveu que o imperador Cláudio baniu de Roma aos judeus, em 49 ou 50 d.C., por motivo das agitações havidas por instigação de alguém chamado "Chrestus", provavelmente uma errônea soletração de "Christus" (forma latina de Cristo). Se assim realmente aconteceu, então por esse tempo o Cristianismo já chegara à Roma. No entanto, Pedro continuava em Jerusalém por ocasião do Concílio de Jerusalém, que se desenrolou em cerca de 49 d.C. Outrossim, Paulo não faz alusão alguma a Pedro, e nem manda saudações a ele em sua Carta aos Romanos. Talvez alguns dos judeus e prosélitos residentes em Roma, que estiveram em Jerusalém no dia de Pentecostes e ali se tornaram cristãos, na volta à Roma levaram o evangelho, no alvorecer da história cristã (At. 2.10).

III – DESTINATÁRIOS: JUDEUS OU GENTIOS?

Alguns eruditos sustentam que a igreja de Roma era composta principalmente de cristãos judeus. Argumentam que a ênfase dada à nação judaica, nos capítulos 9 a 11, o apelo ao exemplo de Abraão, as citações extraídas do Antigo Testamento e as passagens nas quais Paulo parece argumentar contra certas objeções tipicamente judaicas (Rm. 2.17; 3.8;21-31; 6.1; 7.6; 14.1 e 15.3) subentendem que se tratava de uma congregação judaica. No entanto, de conformidade com os capítulos 9 a 11, Deus pôs de lado temporariamente a nação judaica, por causa dos gentios, e por essa razão tais capítulos podem bem indicar que os leitores originais desta carta eram principalmente os gentios. O uso que Paulo faz de Abraão e do Antigo Testamento como ilustrações, pode refletir a sua própria formação intelectual e não a de seus leitores.

Certo número de passagens demonstra que a igreja se compunha principalmente de gentios (1.5-6; 1.13) e as palavras "*dirijo-me a vós outros que sois gentios!*" (1.13) caracterizam a igreja romana de modo geral, e não os gentios como uma minoria no seio da congregação, pois em 11.28-31 é dito que os leitores de Paulo haviam sido alvos da misericórdia divina, devido à incredulidade dos judeus. Em 15.15-16 Paulo alude ao que escrevera aos romanos como algo vinculado ao seu ministério "entre os gentios".

IV – TEMPO E LUGAR DA ESCRITA

Paulo acabara de completar o recolhimento da oferta aos crentes de Jerusalém, durante sua terceira viagem (15.25-26) e estava em Corinto quando escreveu a Carta aos Romanos. Gaio era de Corinto e nessa ocasião hospedava Paulo (Rm. 16.23; ICo. 1.14). A menção de Erasto, o tesoureiro da cidade (16.23), confirma que Corinto foi o lugar onde Paulo escreveu esta epístola. Outra confirmação de que Paulo escreveu esta epístola em Corinto nos vem das suas recomendações sobre Febe, que pertencia à igreja de Cencreia, perto de Corinto. Isso seria uma indicação de que foi Febe quem levou a carta de Corinto para Roma.

Paulo escreveu esta carta como preparação para sua primeira visita àquela cidade e à comunidade cristã dali. Desde há muito ele tinha intenção de visitar Roma, mas sempre havia algum empecilho (1.13 e 15.22-24). O propósito dessa visita era fortalecer na fé os cristãos romanos (1.11,15), além de obter a ajuda financeira deles para sua missão na Espanha, depois de passar por Roma (15.24,28).

V – A QUESTÃO DO CAPÍTULO 16

A menção nominal de 26 pessoas de uma igreja que Paulo jamais visitara (de modo especial Priscila e Áquila, que se relacionam com Éfeso), tem levado alguns estudiosos a considerar o capítulo 16 de Romanos como parte de uma outra carta, escrita para Éfeso. Entretanto, seria natural, que numa carta endereçada a uma igreja que não conhecia pessoalmente, Paulo mencionasse nominalmente algumas pessoas que eram amigos comuns. A única outra lista prolongada de saudações ocorre em Colossenses – carta escrita a outra igreja que o apóstolo também nunca tinha visitado.

VI – O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO TEOLÓGICO

Necessidade: Pecaminosidade – Na primeira seção da carta Paulo apresenta a necessidade da justificação: a pecaminosidade do homem (1.18—3.20). Ele descreve a iniquidade do mundo gentílico, a atitude de justiça própria do mundo judaico, e a culpa da humanidade em geral. Para Paulo os pecados (plural) são apenas sintomas do problema real que é o pecado (singular) como um princípio dominante na experiência humana.

O Remédio: Justificação – A justificação é o remédio de Deus (3.21—5.21). Paulo apresenta a morte expiatória de Cristo como base da nossa justificação, bem como a fé como o meio pelo qual nos apropriamos dos benefícios advindos de Sua morte. A última metade do capítulo 3 retrata Abraão como o grande exemplo de fé, em contraposição à doutrina rabínica do tesouro de merecimentos de Abraão, que seria tão super abundante que os judeus poderiam valer-se do excesso. O quinto capítulo lista as multiformes bênçãos resultantes da justificação — paz, alegria, esperança, o dom do Espírito Santo e outras – além de contrastar a posição dos incrédulos em Adão, onde há pecado e morte, com a posição dos crentes em Cristo, onde há justiça e vida eterna.

O Resultado: Santificação – A discussão progride ao tema da santificação, ou santo viver cristão (caps. 6–8). Haveríamos de continuar pecando para que Deus pudesse exercer mais ainda a Sua graça, e assim pudesse obter maior louvor para Si mesmo? Não! O batismo ilustra a nossa morte para o pecado e o nosso reviver para a retidão (cap. 6). Contudo, santificação nada tem a ver com a guarda da lei do Antigo Testamento, a qual era capaz tão somente de conferir ao homem um senso de derrota, sem transmitir qualquer capacidade de vencer o demoníaco controle do pecado sobre a nossa conduta (cap. 7). Pelo contrário, o Espírito de Cristo é que nos outorga o poder para sermos vitoriosos, pelo que também o oitavo capítulo atinge o ponto culminante com uma grande explosão de louvor: "*Quem nos separará do amor de Cristo?*" Paulo lista as possibilidades e nega uma por uma.

O Problema: a Incredulidade de Israel – A discussão volta-se para o problema de Israel (caps. 9–11). Por causa de seu próprio passado e formação judaicos, Paulo se mostrava agudamente preocupado diante da incredulidade da grande maioria de seus compatriotas judeus. No que tange a isso, Paulo enfrentava um problema de lógica. Ele sempre afirmava que o evangelho não é uma inovação, mas derivava do Antigo Testamento e constitui o cumprimento de tudo quanto Abraão, Davi e os profetas esposavam. Mas, se as coisas são assim realmente, por qual razão os judeus não reconheciam a veracidade dessas reivindicações? Por acaso a rejeição geral do evangelho pelos judeus implicava em alguma falha no argumento do apóstolo? Em resposta, o capítulo 9 frisa a doutrina da eleição, isto é, o direito que Deus tem de selecionar a quem desejar. Paulo argumenta que é perfeitamente legítimo Deus fazer com o povo de Israel e com os gentios o que Ele bem quiser. E é prerrogativa de Deus escolher agora os gentios, tal como Lhe coubera o direito de escolher previamente os judeus. Todavia, a atual rejeição de Israel por parte de Deus não se deve a algum capricho, pois Israel assim o merece, devido à sua justiça própria e sua recusa em crer no que tanto ouvira quanto entendera do evangelho (cap. 10). Outrossim, Israel foi posto de lado de modo parcial e temporário. Um judeu pode obter a salvação tão facilmente quanto um gentio, bastando-lhe confiar em Cristo. E Deus haverá de restaurar a nação de Israel inteira no

futuro. Entretanto, os gentios usufruem de igualdade diante de Deus em relação aos judeus (cap. 11).

Os capítulos 12–14 contêm exortações práticas relacionadas à vida diária dos crentes, incluindo mandamentos atinentes à obediência às autoridades civis e a permissão de liberdade no que concerne às questões cerimoniais. Paulo conclui essa epístola traçando seus planos para o futuro e enviando diversas saudações (caps. 15 e 16).

VII – AS PRINCIPAIS DOUTRINAS DA CARTA AOS ROMANOS

7.1 – A CULPA HUMANA (Rm. 1.1—3.20).

Paulo observa cuidadosamente, por meio da citação que faz de Habacuque 2.4, que o Antigo Testamento respalda a verdade fundamental de que a justiça nos vem através da fé (1.17). E também afirma que a própria natureza revela o poder e a majestade de Deus, em razão do que os pagãos são indesculpáveis (1.19-20). O restante do capítulo 1 descreve a natureza retrógrada do pecado. A declaração "*Deus os entregou*" vibra como sinos de morte por três vezes nesta passagem (versículos 24, 26 e 28).

No capítulo 2 Paulo descreve o judeu justo aos seus próprios olhos, que se deleitava em destacar os pecados do mundo pagão. Os judeus têm tanta culpa quanto aqueles, embora à sua maneira, argumenta Paulo. Outrossim, para que alguém seja um judeu genuíno não basta que seja descendente físico de Abraão, e tenha recebido o rito da circuncisão, porquanto é necessário que goze de uma apropriada relação espiritual com Deus. De fato, os gentios que seguem a lei de Deus escrita nas suas consciências, demonstram possuir aquela correta relação com Deus que falta a muitos judeus. O vocábulo 'judeu' significa 'louvor'. O verdadeiro judeu, portanto, é aquele cuja vida é digna de louvor, segundo os critérios divinos (2.17).

Em Romanos 3.1 Paulo antecipa certa objeção judaica: Se os judeus não são melhores que os gentios, por que Deus escolheu a nação judaica? O Antigo Testamento não deixa claro que Deus favoreceu especialmente aos judeus? E no entanto Paulo afirma que Deus trata judeus e gentios da mesma maneira! Paulo admite abertamente que os judeus têm a decisiva vantagem de estar mais próximos da divina revelação através das Escrituras, porém, um privilégio superior não implica em menor pecaminosidade. Com uma fieira de citações tiradas do AT, Paulo encerra essa seção acusando a raça humana inteira de ser culpada diante de Deus.

7.2 – PROPICIAÇÃO (3.21-31)

Paulo frisa, que embora a justiça nos venha mediante a fé em Jesus Cristo, e não através da observância da lei, a lei e o restante do Antigo Testamento confirmam o fato de que a justiça procede da fé. A "glória de Deus", da qual carecem todos os seres humanos (3.23), é o esplendor do caráter de Deus. O termo "propiciação" (3.25) alude à morte expiatória de Jesus como aquilo que apaziguou a santa ira de Deus contra a iniquidade humana. "Expição" é palavra sinônima, que entretanto não encarece o elemento da justa indignação de Deus, mas seja traduzido por "propiciação" ou por "expição" o vocábulo também pode referir-se ao propiciatório, a tampa de ouro posta sobre a arca da aliança, sobre a qual o sumo sacerdote aspergia o sangue do holocausto, uma vez por ano para fazer expiação pelos pecados de Israel. Paulo indica que Deus perdoava aos pecados, durante o período do AT, somente em

antecipação à morte de Cristo. Quando assevera que Deus é o "justo" e o justificador daquele que tem fé em Jesus, Paulo quis dizer que a santidade de Deus ficou satisfeita, porque Jesus pagou a penalidade pela culpa humana, e também que o amor de Deus foi satisfeito, porquanto a morte de Cristo provê o modo pelo qual o pecador pode agora exigir que a penalidade seja imposta àqueles que detêm a justiça, como igualmente é suficientemente elástica para permitir que o "justo", que é Deus, atue em benefício dos injustos (nós), no exercício da misericórdia.

7.3 – FÉ (Rm. 4–5)

Uma vez mais Paulo antecipa determinada objeção judaica: Se alguém obtém a justiça meramente pela fé em Cristo, não há vantagem alguma em ser judeu ou em cumprir a lei como judeu. Paulo concorda essencialmente com essa conclusão, embora tenha argumentado que o próprio AT indica que a justiça vem pela fé, segundo se vê nos exemplos de Abraão e Davi.

7.4 – BÊNÇÃOS (Cap. 5)

Nos primeiros versículos do capítulo 5, Paulo apresenta uma lista das bênçãos que acompanham a justificação: a paz com Deus por intermédio de Jesus Cristo; a introdução na esfera da graça divina; a alegria na esperança da glória de Deus ("esperança" significa expectativa confiante de que Jesus retornará, e a "glória de Deus", neste caso, significa o divino esplendor que será experimentado pelos crentes, quando da segunda vinda de Cristo); a alegria diante das perseguições da vida presente; a perseverança; o caráter comprovado; a esperança; e o amor de Deus derramado em nossos corações pelo dom do Espírito Santo. Os termos "reconciliar" e "reconciliação" (v. 10 e 11), referem-se à meia-volta dada pelo pecador, que era contrário a Deus, por sua ira, mas que agora se volta amorosamente para Deus.

7.5 – O PECADO ORIGINAL – ADÃO *versus* CRISTO (Rm. 5.12-14)

Paulo argumenta que o reinado da morte, antes mesmo de Deus haver dado a lei por meio de Moisés, provava que a raça humana inteira está implicada no pecado original de Adão, porque antes da época de Moisés não havia qualquer lei escrita para ser quebrada. Segue-se o contraste entre o "um" e os "muitos": um homem (Adão) pecou no Éden — os muitos (expressão semítica que indica "todos") pecaram e morreram em Adão; por igual modo, um homem (Jesus Cristo) realizou um ato de justiça sobre a cruz - os muitos (todos quantos O recebem) são reputados justos e vivem eternamente.

7.6 – AUNIÃO COM CRISTO (Rm. 6–8)

A objeção primária a esse fácil caminho da salvação, isto é, o caminho da justificação exclusivamente pela fé, diz que, logicamente tal raciocínio implica em uma conclusão patentemente falsa e ridícula: quanto mais pecamos, mais Deus exerce Sua graça e maior glória Ele adquire para Si mesmo — pelo que também deveríamos pecar o máximo possível, visando à glória de Deus! Paulo repudia horrorizado tal raciocínio, estribado na doutrina da união do crente com Cristo, o que se vê representado no batismo cristão. No batismo o crente confessa sua morte para o pecado, através da sua identificação com Jesus Cristo em Sua morte, além de confessar que reviveu para a justiça, mediante sua identificação com Cristo e Sua ressurreição.

Até onde Deus está envolvido, o crente morreu quando Cristo morreu, e ressuscitou quando Cristo foi soerguido dentre os mortos. Esse fato coloca o crente debaixo da obrigação de viver em retidão. Assim sendo, compete-lhe conformar sua imagem de acordo com a perspectiva divina.

7.7 – A LIBERDADE CRISTÃ

Na porção final do capítulo 6, Paulo esclarece que o estar livre da lei não significa estar livre para pecar, porquanto liberdade e servidão são termos relativos. Um incrédulo está livre das restrições próprias da vida de um crente, mas está escravizado ao controle exercido pelo pecado. Por outro lado, o crente está livre do controle do pecado, mas serve às restrições próprias da vida santa. Na realidade, o cativo à santidade é a mais autêntica forma de liberdade, a saber, a liberdade de não pecar, a liberdade de viver retamente.

No capítulo 7 o apóstolo ilustra seu argumento com base na lei do matrimônio. Um cônjuge qualquer está livre para casar-se com outra pessoa, se o seu primeiro cônjuge morrer, porquanto a morte cancela o vínculo matrimonial. Similarmente, a morte de Cristo anula o relacionamento entre o crente e a lei mosaica, liberando-o para pertencer a Cristo e produzir fruto para Deus. Nesse caso, por que foi baixada a lei? Foi dada para impulsionar os homens a depender de Cristo quanto à retidão de que precisam, e isso por terem suas consciências despertadas para a realidade do pecado e da sua incapacidade moral. Paulo não nega que a intenção de Deus era tornar a lei mosaica um caminho de vida para os crentes do AT, mas, no que concerne ao perdão dos pecados, jamais houve o propósito de fazer da lei um sistema de salvação pelo mérito humano. Ela serviria tão somente como um meio de conduzir os homens a se entregarem à misericordiosa graça divina.

7.8 – DA FRUSTRAÇÃO AO TRIUNFO

A porção final do capítulo 7 é uma descrição clássica das frustrações de um indivíduo que quer praticar o bem mas não pode, em face do demoníaco poder do pecado, agravado pela lei. No caso dos crentes, entretanto, tal frustração se transmuta em triunfo, porquanto eles possuem o Espírito de Cristo (cap. 8). Tal como faz na Carta aos Gálatas, Paulo contrasta a carne com o Espírito. O Espírito de Cristo dá forças aos crentes contra os impulsos pecaminosos, assegurando-lhes a salvação, glorificando-os futuramente e ajudando-os a orar. O capítulo 8 atinge o ponto culminante da epístola, em meio a expressões de louvores e confiança. O único que tem o direito de nos acusar — por ser Ele santo — é exatamente aquele que nos justifica. Deus não seria justo se nos condenasse, agora que estamos em Cristo!

7.9 – A ELEIÇÃO E A REJEIÇÃO DE ISRAEL (CAPS. 9–11)

Ao discutir o problema de Israel, Paulo sustenta que Deus tem o direito de escolher ou rejeitar como Ele quiser fazer. Os pecadores não têm quaisquer méritos que Deus se veja forçado a reconhecer. Todavia, Deus não exerce arbitrariamente Suas prerrogativas. O Senhor rejeitou Israel por causa da atitude de justiça própria dos judeus, e não porque não buscavam a justiça divina. O convite para a salvação está franqueado a todos, judeus e gentios igualmente, porém a presente rejeição divina a Israel não se reveste de aspecto tão terrível como poderia

parecer à primeira vista. Há diversos fatores que mitigam tal severidade: (1) um remanescente judaico continuaria crente; (2) a rejeição divina a Israel, como nação, proveria aos povos gentílicos uma melhor oportunidade do que tinham antes; (3) o ciúme sentido pelos judeus, devido à salvação generalizada dos gentios, haveria de compelir os judeus ao arrependimento; e (4) a nação de Israel ainda haveria de ser salva como um todo, por ocasião do retorno de Cristo, quando O aceitarão como Messias e receberão a salvação.

7.10 – A DEDICAÇÃO CRISTÃ (Rm. 12.1–15.13).

Exortações práticas ocupam a próxima seção principal da epístola, pois a teologia paulina sempre afeta a vida diária. Após ter feito um apelo aos crentes para oferecerem um sacrifício vivo, em oposição a animais mortos, para o sacrifício a Deus, Paulo exorta seus leitores a não imitarem a conduta externa dos incrédulos, mas viverem de modo agradável a Deus, como resultado da renovação de sua atitude mental (12.1-2).

A consagração de uma pessoa a Deus abre caminho para diversos ministérios, que se harmonizam de acordo com as habilidades particulares concedidas por Deus individualmente (12.3-8). Entretanto, a harmonia no seio da igreja depende do amor cristão mútuo, o que inclui a sinceridade, o repúdio ao mal, a retenção de corretos padrões, a bondade, o afeto, o respeito, a devoção a Deus, a alegria na esperança, a paciência, as orações, a generosidade e a hospitalidade (12.9-13).

Por semelhante modo, os crentes devem manter boas relações com os não crentes, orando por seu bem estar diante de suas alegrias e tristezas, e mediante atitudes respeitadas e perdoadoras para com eles. Se os incrédulos derem prosseguimento às suas perseguições, então o próprio Deus haverá de julgá-los (12.14-21). Paulo também ordenou a submissão ao estado, através da obediência e do pagamento de impostos, embora tais recomendações não devam ser confundidas com um cego apoio ao totalitarismo. A pressuposição declarada é que as autoridades governamentais estão mantendo a justiça ao punirem os malfeitores e ao elogiarem os que se conduzem corretamente. Dessa forma, a resistência por razões puramente egoístas ou políticas merece a censura, embora não a resistência devido a motivos morais e religiosos (13.1-7). Deus requer que amemos não só a nossos irmãos na fé, mas também a nossos semelhantes humanos de maneira geral. Isso inclui o pagamento das nossas dívidas e a necessidade de evitar o adultério, o homicídio, o furto e a cobiça (13.8-10). A expectativa pelo retorno de Cristo aguça o fio de todos esses mandamentos éticos (13.11-14). Finalmente, tal como em I Coríntios, Paulo indica que os crentes devem permitir, uns aos outros, a liberdade de pensar diferente sobre questões cerimoniais, contanto que os crentes mais fracos, desinformados, não sejam prejudicados (14.1–15.3).

OBSERVAÇÕES FINAIS (Rm. 15.14–16.27).

Finalizando, Paulo revela sua esperança de entregar uma oferta à igreja de Jerusalém, seguir viagem até Roma e prosseguir para evangelizar a Espanha. As recomendações relativas à Febe (16.1-2) refletem a prática cristã de uma igreja local qualquer recomendar a outra igreja, de outra localidade, que acolhesse seus membros que se mudavam ou visitavam. A saudação a Prisca (forma abreviada de Priscila) e Áquila (16.3), subentende que aquele casal retornara a

Roma. Por meio de fontes seculares sabemos que o edito de Cláudio, que expulsou os judeus de Roma não entrou em vigor de maneira permanente. Saudações, advertências contra os falsos mestres, uma bênção, outras saudações e uma doxologia completam a Carta aos Romanos.

AS CARTAS DE PAULO AOS CORÍNTIOS

Paulo foi o primeiro missionário cristão a chegar à Grécia, de acordo com os registros históricos disponíveis. Ele chegou a Corinto proveniente de Atenas, muito desanimado, porque seus esforços naquela cidade haviam dado pouco fruto, mas com a chegada de Silas e Timóteo, trazendo boas notícias sobre o desenvolvimento do evangelho na Macedônia, teve seu ânimo renovado.

A permanência do apóstolo em Corinto se prolongou por 18 meses. Após seu afastamento a igreja desceu de forma alarmante seu nível moral e espiritual: estouraram divisões; os vícios eram permitidos; abusavam da liberdade cristã; deixaram-se influenciar por mestres legalistas que corromperam as formas de adoração, agindo de forma ultrajante até mesmo na celebração da Ceia do Senhor. Tais mestres também pervertiam o ensino sobre a ressurreição. Em paralelo a isso, os crentes de Corinto eram ativos no uso dos dons espirituais e abusavam deles, criando desordem nos cultos.

Portanto, estas duas cartas que Paulo escreveu aos coríntios são ocasionais, ou seja, são cartas dirigidas a pessoas específicas e motivadas por temas concretos. Relacionadas entre os *clássicos paulinos*, elas preservam tanto a doutrina quanto a ética cristã. Nelas encontramos os problemas enfrentados pelos primeiros cristãos e como Paulo deu solução a esses problemas. Elas revelam claramente aquilo que os psicólogos modernos chamam de “situações da vida real”. Diferente de assuntos ligados a opiniões religiosas, abordados em outras epístolas, nestas cartas Paulo tratou de questões objetivas relativas à conduta cristã.

I CORÍNTIOS

INTRODUÇÃO

A primeira carta de Paulo aos Coríntios demonstra que situações lamentáveis na Igreja não são um problema exclusivo da era pós-apostólica. Crenças e práticas aberrantes, dotadas da mais espantosa variedade e vulgaridade, floresciam na Igreja de Corinto. A fim de contrabalançar esses problemas Paulo escreveu esta carta.

Não contando com fundos suficientes, quando de sua primeira chegada em Corinto, Paulo se pusera a fabricar tendas em companhia de Priscila e Áquila. Nos dias de sábado ele pregava na sinagoga local. Depois que Silas e Timóteo vieram juntar-se a ele, escreveu a I e a II Carta aos Tessalonicenses, mudou suas atividades evangelizadoras para a casa de Tito Justo ao lado da sinagoga, foi o agente da conversão de Crispo, chefe da sinagoga, recebeu do governador romano Gálio uma afortunada absolvição, diante das falsas acusações dos judeus incrédulos contra sua pessoa, e, ao todo, ministrou por um ano e meio naquela cidade.

A declaração que se acha em I Coríntios 5.9: “*Já em carta vos escrevi que não vos associásseis com os impuros*”, permite-nos entender que Paulo já havia escrito uma epístola anterior àquela igreja, que depois se perdeu. Aqueles crentes haviam compreendido mal o apóstolo, como se ele tivesse querido dizer que eles deveriam separar-se de todos os impuros. Mas Paulo esclarece aqui que tivera em mente a separação somente dos cristãos professos, que vivem em pecado flagrante e aberto.

I – TEMPO E LUGAR DA ESCRITA

Paulo escreveu de Éfeso, por ocasião de sua terceira viagem missionária, perto do fim de sua permanência ali, quando já planejava retirar-se da cidade (16.5-8). Alguns, com base em algumas traduções de 16.10 “*E, quando Timóteo for...*” dizem que Timóteo foi o portador da epístola aos coríntios. Entretanto, Atos 19.22 sugere que Timóteo estava na Macedônia por aquele tempo. A versão ARA, bem como a New American Standard Bible, dá a tradução correta de I Coríntios 16.10: “*E, se Timóteo for...*” (vindo Macedônia). Dificilmente Paulo teria escrito a palavra “se”, no caso de Timóteo ter sido o portador da epístola. Paulo procurava induzir Apolo, figura importantíssima, que visitasse Corinto, provavelmente com intenção de enviar por meio dele I Coríntios, mas Apolo recusou-se a ir (16.12). Resulta que não sabemos quem levou a epístola a Corinto.

II – O MOTIVO

O motivo pelo qual esta carta foi escrita é duplo: (1) relatórios orais provenientes dos familiares de Cloé, acerca das desavenças havidas na igreja (1.11); e (2) a chegada de uma delegação da igreja de Corinto — Estefanas, Fortunato e Acaico — ambas trazendo uma oferta (16.17) e uma carta solicitando o parecer de Paulo sobre diversos problemas, os quais ele aborda na epístola sucessivamente com a expressão introdutória: “*Quanto ao que me escrevestes*” ou simplesmente “*no que se refere*” (7.1,25; 11.2; 12.1; 15.1 e 16.1). Pelo menos isso é o que mais provavelmente se pode inferir de 16.17 (“*porque estes supriram o que de vossa parte faltava*”) e de 7:1 (“*quanto ao que me escrevestes*”) de outro modo, aqueles homens meramente atenderam o desejo de Paulo de ver pessoalmente os crentes de Corinto, e a carta enviada de Corinto chegou a ele através de outras mãos.

III – O AMBIENTE DA CIDADE

A cidade de Corinto estava localizada em um estreito istmo entre os mares Egeu e Adriático. A viagem em torno do extremo sul da Grécia era perigosa. Muitos navios eram puxados ou tragados sobre toras rolantes, para o lado oposto do istmo, e novamente eram lançados ao mar. Diversos projetos que visavam à abertura de um canal foram abandonados por várias razões. Sendo uma cidade portuária, Corinto era extremamente cosmopolita. Os jogos atléticos de Corinto só perdiam em importância para os jogos olímpicos gregos. O teatro aberto acomodava vinte mil pessoas, e o teatro fechado três mil. Templos, santuários e altares pontilhavam a cidade. Mil prostitutas sagradas se punham à disposição de qualquer um no templo da deusa grega Afrodite. O lado sul do mercado era ocupado por tabernas equipadas com cisternas subterrâneas para esfriar as bebidas. Os arqueólogos têm descoberto muitas

taças para servir beberagens, nessas adegas de licores, e algumas delas trazem inscrições como "Saúde", "Segurança", "Amor", ou nomes de divindades diversas.

IV – OS PROBLEMAS DA IGREJA

Era natural que uma igreja cristã, em meio a uma sociedade extremamente pagанизada como era a de Corinto, se achasse eivada de dificuldades. Em consequência, I Coríntios trata quase inteiramente dos problemas que serviam de praga para aquela igreja. Após a saudação inicial (1.1-9), onde Paulo agradece a Deus pela fé cristã de seus leitores, e mais especialmente por seus dons espirituais, ele se atira a:

(1) Reprimendas em resposta ao relatório que recebeu dos escravos de Cloé sobre:

- Divisões — a igreja deveria unificar-se, mediante a humildade, à luz da cruz (caps. 1—4);
- Um caso específico de imoralidade — a igreja deveria disciplinar o ofensor (cap. 5);
- Pendências judiciais entre os crentes — a igreja precisava resolver tais litígios fora dos tribunais seculares (6.1-8); e
- Imoralidade em geral — os crentes precisam viver virtuosamente (6:9-20).

(2) Respostas às indagações feitas na carta enviada pelos coríntios sobre:

- Matrimônio — casar-se é bom, mas nem sempre é o melhor para o crente (cap. 7);
- Alimentos, particularmente carnes dedicadas aos ídolos (8.1—11.1).

(3) Ordem na adoração pública, especificamente:

- Uso do véu pelas mulheres, nos cultos — as mulheres crentes devem demonstrar sua submissão mediante o uso do véu (11.2-16),
- Celebração da Ceia do Senhor - todos devem participar juntos em espírito de reverência e exame próprio (11.17-34);
- Dons espirituais, sobretudo o falar em línguas - a igreja deveria dar menor importância ao falar em línguas e dar ênfase à profecia, mormente com o acompanhamento da virtude do amor (caps. 12-14)

(4) Ressurreição — a crença na passada ressurreição de Cristo e na futura ressurreição dos crentes é crucial para a fé cristã (cap. 15);

(5) A coleta — a igreja deveria começar imediatamente a recolher as ofertas para os crentes de Jerusalém, para que estivesse tudo pronto quando Paulo chegasse (16.1-9).

As observações finais consistem de exortações, saudações e notícias acerca das circunstâncias de Paulo e seus planos, juntamente com notícias sobre Timóteo e Apolo (16.10-24).

4.1 – DESUNIÃO (Caps. 1—4)

As facções existentes na assembleia cristã de Corinto se derivavam de sua veneração a heróis (1.12). Os admiradores de Paulo eram-lhe leais como o fundador original da igreja local, mas Paulo não se aliou nem mesmo a seus próprios seguidores (1.13). Os adeptos de Apolo aparentemente ficavam boquiabertos ante a sua grande eloquência. Os seguidores de Cefas (Pedro) talvez formassem o segmento judaico da igreja, ou então fossem os tradicionalistas, que se escudavam na autoridade do primeiro líder do grupo apostólico. Os chamados

seguidores de Cristo bem podem ter sido aqueles que não queriam sujar as mãos com aquelas desavenças, e adotavam uma atitude distante de superioridade espiritual. Alternadamente, a posição do próprio Paulo é expressa pelas palavras "*Eu [sou] de Cristo*", que condenava aqueles que seguiam meros líderes humanos. Os detalhes não são perfeitamente claros, mas parece que aquelas facções tinham sido originadas pelo culto a personalidades, e não devido a diferenças doutrinárias. Pelo menos todas as facções continuavam se reunindo num mesmo lugar, pois Paulo dirigiu-se a todos eles numa única epístola.

Em I Coríntios 1.14-17, Paulo afirma que se alegrava por não ter batizado muitos coríntios. Não queria que as pessoas se sentissem orgulhosas por haverem sido batizadas por ele. Paulo não estava negando a validade do batismo - porquanto admite ter batizado alguns - mas negava peremptoriamente que ele ou qualquer outro evangelista cristão deveria batizar convertidos a fim de obter um grupo de adeptos. Pelo contrário, a tarefa propriamente dita dos evangelistas cristãos dificilmente chega a ser popular, porque a pregação acerca de um Salvador, que morreu como se fora um criminoso, ofende o orgulho humano e a sabedoria deste mundo, que não se dá conta da obra que Cristo realizou: Ele é a sabedoria, a retidão, a santificação e a redenção deles (1.18-31).

No capítulo 2 Paulo relembra quando chegara a Corinto, vindo de Atenas, onde os filósofos, sábios à maneira mundana, tinham-no rejeitado, e ele pregara a cruz de Cristo em fraqueza e tremor, e não com os artificiais métodos retóricos empregados pelos filósofos sofistas. Tais métodos eram calculados para impressionar os ouvintes com a erudição e as habilidades do orador, e destroem a eficácia da pregação do evangelho. Paulo insiste que ensinava com uma genuína sabedoria, aquela que procede do Espírito Santo, o único que conhece a mente de Deus.

Paulo acusa de carnalidade, e atitude pecaminosa dos crentes, a existência de facções em Corinto. Explica ser errado reverenciar os líderes humanos, porquanto são meros homens. Adicione-se a isso que aqueles líderes eram todos colegas na obra do evangelho e não rivais (caps. 3 e 4). A seção se encerra com uma admoestação pela unidade entre os crentes. Fica implícito que os crentes podem preservar a unidade espiritual, se assim o quiserem e se esforçarem nesse sentido.

4.2 – IMORALIDADE (Caps. 5 e 6)

Paulo cita o caso do indivíduo que estava convivendo com a mulher de seu próprio pai, presumidamente sua madrasta, porque Paulo não a identifica como mãe daquele homem e não prescreve qualquer punição ao pai. Paulo repreende os crentes de Corinto devido à sua altivez arrogante, por tolerarem tão flagrante pecado, e ordena que fosse exercida disciplina na forma de exclusão da comunhão da igreja.

O capítulo 6 inclui uma seção que proíbe os cristãos de irem ao tribunal uns contra os outros. É possível que tal situação tivesse algum vínculo com o caso de incesto, pois a discussão ocorre no meio da reprimenda de Paulo a respeito da imoralidade. Paulo acautela seus leitores no sentido que a liberdade cerimonial não implica em libertinagem moral, e ressalta que o corpo é sagrado por ser templo do Espírito Santo.

V – ORIENTAÇÕES PARA A IGREJA

5.1 – CASAMENTO E DIVÓRCIO (Cap. 7)

Paulo argumenta que o celibato voluntário é bom, mas por causa do impulso sexual Deus proveu o casamento, para que se evitem as relações sexuais ilícitas, pelo que dentro do casamento cada um dos cônjuges deveria dar-se totalmente ao outro. Paulo exprime o desejo que todos fossem livres das responsabilidades maritais, tal como ele mesmo o era, não porque o ascetismo seja espiritualmente superior, mas porque o crente solteiro pode dedicar todas as suas energias à obra do evangelho, mas reconhece que nesse particular a vontade de Deus varia de crente para crente.

Com relação ao divórcio Paulo já não se mostra tão flexível. O divórcio atingira proporções epidêmicas em algumas classes sociais da sociedade no império romano. Paulo reitera o ensinamento de Jesus no caso dos casais cristãos. Todavia, as palavras de Jesus não cobrem o problema dos que se converteram após estarem casados, e cujos cônjuges não se associaram a eles na fé cristã. Por conseguinte, Paulo aconselha que o crente continue casado tanto quanto seja possível o convívio, para o bom testemunho do evangelho, pois o cônjuge incrédulo e os filhos do casal em certo sentido são separados por Deus. Todavia, se o cônjuge incrédulo insistir em romper os laços matrimoniais, o crente "*não fica sujeito à servidão*" (v. 15). Não há como saber se essas palavras significam que o crente não está obrigado a buscar a reconciliação, ou que o crente está livre para casar-se novamente dentro da comunidade cristã (compare com o v. 39). O esclarecimento dado por Paulo, que essas instruções eram dele mesmo e não do Senhor (v. 10 e 12), não subentende que lhe falta autoridade, mas tão somente que Jesus nada lhe revelara sobre tais pormenores, e ele se via forçado a apresentar sua própria doutrina como alguém que recebera do Senhor "a misericórdia de ser fiel possuidor do Espírito Santo" (v. 25 e 40).

A porção final do capítulo 7, principalmente os versículos 36ss., está repleto de difíceis problemas de interpretação. Estaria Paulo aludindo a matrimônios espirituais que jamais se concretizaram? Estaria falando a noivos ou apenas a namorados? Ou se dirigia a um pai crente, sua filha e o noivo dela? Apesar dessas dúvidas as lições principais são claras. De um lado, o casamento não pode ser condenado com base no ascetismo. Por outro lado, as pessoas não devem casar-se somente por causa da pressão social. Pessoas solteiras geralmente podem ter vidas mais plenas, mais ricas e mais produtivas do que pessoas casadas. Em tudo isso Paulo frisa a natureza crítica do período em que os cristãos estavam vivendo. Talvez o apóstolo estivesse considerando a iminente volta do Senhor, uma possibilidade que daria um senso de urgência a cada geração de cristãos.

5.2 – ALIMENTOS DEDICADOS A ÍDOLOS (8.1-13 e 10.14-33)

É importante compreender o pano de fundo da discussão paulina a respeito dos alimentos associados à adoração idólatra. No antigo mundo pagão, os santuários eram os principais supridores de carne para consumo humano, portanto a maior parte da carne que se vendia nos açougues fora dedicada a algum ídolo. Os deuses pagãos recebiam uma porção simbólica, oferecida em holocausto sobre um altar — e usualmente não era um "pedaço

seleto". Após uma refeição sacramental em companhia do adorador, os sacerdotes ofereciam para venda ao público a carne restante. Os judeus, contudo, usualmente adquiriam carne nos açougues de judeus, onde podiam ter a certeza que a carne não fora consagrada a alguma divindade pagã.

Paulo responde aos coríntios que antes de qualquer coisa todo alimento procede de Deus, portanto entendia a posição de alguns cristãos, que sob a alegação "*o ídolo nada é*", sentiam-se livres para comer tais carnes sem qualquer prejuízo à sua consciência, porém o apóstolo faz uma advertência a seus leitores, que não permitissem que o exercício de tal liberdade fosse causa de escândalo a outros que entendiam de maneira diferente.

Aqueles que baseiam seu direito de participar de coisas duvidosas, conforme "seu entendimento amadurecido", demonstram que na verdade nada sabem como convém saber. Nosso conhecimento nesta vida é sempre incompleto e imperfeito. Por isso, nossas ações devem basear-se primeiramente no amor a Deus e ao próximo. Se o amor for o nosso elemento determinante, recusaremos participar de qualquer atividade que possa fazer um único crente tropeçar e caminhar para a ruína eterna (At. 15.29, Rm. 14.1).

5.3 – O USO DO VÉU (11.2-16)

Para entender as instruções de Paulo a respeito do uso do véu pelas mulheres, é preciso ter conhecimento dos costumes que prevaleciam na época. Era apropriado que uma mulher de respeito, no império romano, usasse véu em público. Tarso, a cidade natal de Paulo, se notabilizara por sua aderência estrita a essa regra de decoro. O véu cobria a cabeça e não o rosto. Era, ao mesmo tempo, símbolo da subordinação da mulher ao homem e do respeito que a mulher merece. As mulheres cristãs de Corinto, no entanto, estavam seguindo os costumes das mulheres gregas, as quais conservavam a cabeça descoberta quando adoravam. Por conseguinte, Paulo assevera ser vergonhoso uma mulher cristã orar ou profetizar na igreja com a cabeça sem véu. Por outro lado, Paulo se manifesta contrariamente à prática dos homens judeus e romanos, os quais oravam com a cabeça coberta, e ordena que os varões crentes orem e profetizem de cabeça descoberta, como sinal da autoridade que estão investidos.

5.4 – A CEIA DO SENHOR (11.17-34)

No capítulo 11, a partir do verso 17, Paulo assevera que as divisões existentes na igreja de Corinto transmutavam em escárnio os seus cultos de comunhão, os quais deveriam ser ocasiões de companheirismo cristão. Os coríntios celebravam a Ceia do Senhor junto com um banquete de amor cristão, uma espécie de ceia correspondente à refeição da Páscoa, durante a qual Jesus instituiu a Ceia do Senhor. Alguns deles chegavam mais cedo, ingeriam sua refeição e tomavam a Ceia antes da chegada dos outros, e alguns até ficavam embriagados. Por isso Paulo ordenou a descontinuação desses banquetes de amor, ordenou que se esperasse a chegada de todos para começar a reunião, e aconselhou que todos se auto examinassem diante de Deus, para participarem da Ceia dignamente e com reverência.

Sua repetição a respeito da Última Ceia deriva da tradição dos evangelhos sinópticos, apoiada sobre o ato do próprio Senhor Jesus. "Eu recebi" (11.23) era a forma técnica de expressar o recebimento de uma tradição da parte de outrem.

5.5 – O FALAR EM LÍNGUAS (Caps. 12 – 14)

Os *charismata* (dons) e a *glossolalia* (falar em línguas) compõem o tema dos capítulos 12 a 14. Muitos asseguram que a *glossolalia* tratada aqui consistia de falar em estado de êxtase, não se parecendo com idiomas humanos. De fato, Paulo afirma que sem o dom da interpretação nem mesmo aquele que fala em línguas sabe o que está dizendo, entretanto "interpretação" usualmente significa tradução. Assim sendo, parece que o "falar em línguas" era um falar miraculoso, num idioma qualquer não previamente aprendido. Assim sendo as línguas algumas vezes eram ininteligíveis, não por serem balbucios estáticos e não puros idiomas, mas porque, em algumas ocasiões, nem aquele que falava nem qualquer dos presentes possuía o dom igualmente miraculoso da tradução.

Por valorizarem em demasia a *glossolalia*, os crentes de Corinto abusavam desse dom. Paulo o desvaloriza, e insiste em que seu uso deveria ser ordeiro e limitado. Às expensas da *glossolalia* ele exalta dons espirituais superiores, sobretudo a profecia, que era alguma revelação direta de Deus necessária na Igreja primitiva. Acima de tudo, Paulo exalta a ética cristã do amor, na prosa-poema do famoso capítulo 13.

O conceito paulino da Igreja como o corpo de Cristo se evidencia com grande proeminência no capítulo 12. Em 14.34-35, dificilmente pode ser tomada em sentido absoluto a proibição das mulheres falarem na igreja, porquanto Paulo acabara de dar instruções sobre o uso do véu pelas mulheres, quando orassem ou profetizassem durante a adoração pública. "*Se, porém, querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seus próprios maridos*" (14.35) sugere que Paulo estava proibindo a interrupção do culto na igreja, por parte de mulheres indagadoras, e que talvez também se entregassem a conversas paralelas capazes de quebrar a atenção, porque sentavam separadas dos homens como nas sinagogas judaicas.

5.6 – A RESSURREIÇÃO (Cap. 15)

Paulo aborda em seguida o tópico da ressurreição do corpo, um conceito estranho para o pensamento grego. Alguns atenienses, inteiramente céticos ou quando muito esperançosos quanto à imortalidade da alma, tinham escarnecido de Paulo quando o apóstolo explicava sobre a ressurreição do corpo, pois pensavam que o corpo serve de empecilho para a alma, e assim não acreditavam na ressurreição. Essa predisposição contra a doutrina da ressurreição física estava levando alguns crentes coríntios a duvidar, e até mesmo negar, a futura ressurreição. Por enquanto não negavam ainda a ressurreição de Cristo, mas Paulo percebeu que isso seria o resultado lógico daquela maneira de pensar. Por conseguinte, argumenta com base na ressurreição de Cristo, um fato comprovado por muitas testemunhas, e daí passa para a futura ressurreição dos homens.

O grande capítulo sobre a ressurreição tem início com um famoso sumário do evangelho, bem como uma lista das aparições do Cristo ressurreto, que Paulo jamais teria ousado incluir com tanta confiança, se de fato não houvessem testemunhas disponíveis. Ao registrar "eu recebi", no tocante a esse material, Paulo indica que estava citando uma declaração confessional extraída de uma tradição cristã mais antiga que a data da escrita de I Coríntios. Avança o apóstolo para a descrição do corpo ressuscitado e para uma analogia entre a morte

em Adão e a vida em Cristo. Alguns rabinos ensinavam que o corpo ressuscitado será exatamente idêntico ao corpo físico atual. Paulo afirma que não – o corpo ressuscitado terá continuidade com o corpo presente, mas estará adaptado às condições espirituais da existência eterna e celestial. Esse capítulo chega a seu clímax com uma explosão de louvor triunfal.

5.7 – O BATISMO PELOS MORTOS (15.29)

Várias explicações têm sido aventadas para a alusão ao batismo pelos mortos (v. 29). Talvez se refira meramente àqueles que se convertiam e eram batizados, impulsionados pelo desejo de se reunirem a seus entes amados e amigos crentes por ocasião da ressurreição. Ou talvez Paulo aludisse a um batismo vicário, embora tenha lançado mão da ideia apenas como um argumento, sem jamais dar a entender que era uma prática real ("que farão eles", "por que se batizam eles por causa deles?" em oposição a "nós", que figura no próximo versículo). Noutras palavras, Paulo estava frisando a incoerência daqueles que se submetiam ao batismo em favor dos mortos cuja futura ressurreição eles negavam. O combater "com feras", no v. 32, muito provavelmente é um conceito usado como metáfora.

A OFERTA E EXORTAÇÕES FINAIS (Cap. 16)

O capítulo que forma a conclusão encerra diversas exortações, tal como a de separar algum dinheiro para a oferta que Paulo haveria de coletar, quando de sua chegada, e que levaria a Jerusalém, em companhia dos delegados autorizados da igreja. O v. 22 contém uma importante expressão aramaica "Maranata!", a qual quer dizer "Vem Senhor!" (compare com Apocalipse 22.20) e isso demonstra que a designação de Jesus como Senhor retrocede até os dias que os discípulos de Jesus se comunicavam em aramaico, não podendo, por isso mesmo, ser atribuída ao Cristianismo posterior que falava o grego — contrariamente à opinião de alguns eruditos modernos, que afirmam que o conceito de Jesus como figura divina foi um desenvolvimento bastante tardio, não fazendo parte das ideias originais nem de Jesus nem da Igreja primitiva.

II CARTA DE PAULO AOS CORÍNTIOS

I – TEMA

Mais do que qualquer das demais epístolas de Paulo, II Coríntios nos permite entrever os sentimentos íntimos do apóstolo sobre si mesmo, seu ministério apostólico e seu relacionamento com as igrejas que fundara e nutria, por isso a carta tem um certo tom autobiográfico.

II – A VISITA DOLOROSA

Após ter escrito de Éfeso a Primeira Carta aos Coríntios, Paulo sentiu ser necessário fazer uma "visita dolorosa" a Corinto — dolorosa por causa das relações tensas entre Paulo os crentes dali naquele tempo. Lucas não registra essa visita no livro de Atos, entretanto ela pode ser deduzida dos trechos de 12.14 e 13.1-2, onde Paulo alude à sua futura visita com a terceira

que faria. Se não levarmos em conta essa inferida viagem dolorosa, até aquela altura Paulo só visitara Corinto uma vez. A declaração constante em 2.1: *"Isto deliberei por mim mesmo: não voltar a encontrar-me convosco em tristeza"*, indica que houve no passado uma visita dolorosa, que dificilmente pode ser identificada com a primeira vez que Paulo permaneceu com aqueles crentes, levando-lhes as jubilosas boas novas da salvação por intermédio de Jesus Cristo.

III – A CARTA TRISTE PERDIDA

Sem importar por qual razão Paulo fizera aquela breve e dolorosa visita, parece que ele não alcançou êxito em suas tentativas de trazer a igreja de volta à conduta reta. Ao retornar a Éfeso, ele escreveu a agora perdida "carta triste" a Corinto, a qual se lamentava por ter enviado (2.4 e 7.8 – as descrições dificilmente se harmonizam com ICoríntios). Essa é a segunda carta perdida que Paulo escrevera aos coríntios. A carta dolorosa determinava disciplina eclesiástica contra certo indivíduo desregrado e estrepitoso, que encabeçava a oposição a Paulo na igreja de Corinto (2.5-10). Tito fora o portador dessa carta. Entrementes, sabendo que Tito retornaria passando pela Macedônia e por Trôade, e ansioso por saber qual tinha sido a reação dos crentes de Corinto, Paulo partiu de Éfeso e foi esperar Tito em Trôade. Como Tito demorou muito, Paulo prosseguiu viagem até a Macedônia, onde finalmente se encontraram. Tito lhe deu as boas novas que a igreja coríntia, como um todo, se arrependera de sua insubmissão contra Paulo, tendo disciplinado o líder da oposição ao apóstolo (2.12-13 e 16).

IV – O MOTIVO

Paulo escreveu II Coríntios estando na Macedônia, durante sua terceira viagem missionária a fim de: (1) expressar seu alívio e satisfação ante a reação favorável da maioria da igreja de Corinto, e ao fazê-lo descreve seu ministério em termos pessoais vívidos (caps. 1 a 7); (2) ressaltar a coleta que recolheria dentre eles para levar aos crentes de Jerusalém (caps. 8 e 9); e (3) defender sua autoridade apostólica diante da minoria rebelde (caps. 10 a 13).

V – A INTEGRIDADE DE II CORÍNTIOS

Tem-se argumentado que II Coríntios 10–13 é pelo menos uma porção da carta triste que se perdeu, porquanto Paulo muda de tom. Ele fala jubilosamente nos capítulos 1 a 9, mas passa para a defesa própria nos capítulos 10 a 13. Porém, essa distinção não se verifica com toda a coerência, pois também há auto defesa nos capítulos 1 a 9 (1.17ss; 2.6,17; 4.2-5 e 5.12-13). A diferença de ênfase se deve ao fato que Paulo se dirigiu primeiramente à maioria penitente (caps. 1 e 9), e à minoria ainda recalcitrante (caps. 10 a 13). Outros têm sugerido que novas notícias de uma reavivada oposição forçaram Paulo a mudar seu tom do 10º capítulo em diante.

Certo número de considerações milita contra a divisão de II Coríntios em duas epístolas originalmente separadas: (1) deveríamos esperar que os capítulos 10-13 teriam precedido os capítulos 1-9 se tivessem sido escritos antes, na carta triste; (2) embora firme em seu tom, os capítulos 10-13 dificilmente exprimem tristeza; (3) os capítulos 10-13 nada contêm acerca de um insultuoso comportamento do cabeça da oposição a Paulo, e no entanto esse foi o tema da carta triste (2.1ss); (4) o trecho de 12.18 menciona uma visita anterior feita por Tito, a qual

deve ter sido feita para entregar a carta triste, mas de acordo com a teoria da divisão da epístola em duas, o trecho em apreço faz parte da epístola triste!

VI – REPASSE DAS RELAÇÕES PASSADAS E PRESENTES (1.1-3.3)

Paulo inicia a carta com uma saudação, e ações de graças pelo conforto dado por Deus em meio a perseguições e adversidades, e passa a descrever seu ministério como caracterizado pela sinceridade e pela santidade. Defende-se contra a acusação de vacilação - por não ter cumprido a promessa ameaçadora de uma outra visita — afirmando que suas palavras eram justas e tão positivas quanto são as promessas divinas em Cristo, explicando que ele adiará um pouco a sua visita a fim de dar-lhes tempo de se arrependerem, pois isso lhe permitiria chegar em meio a circunstâncias mais felizes do que se tivesse partido imediatamente para Corinto. Satisfeito, porque a igreja coríntia disciplinara seu principal oponente, Paulo aconselha que fosse restaurado à comunhão o tal indivíduo. Isso fica demonstrado especialmente através da permissão para ele participar novamente da Ceia do Senhor. A seção se encerra com uma metáfora de Cristo como um general vitorioso à testa de um cortejo triunfal entrando em Roma, além de uma outra metáfora na qual os crentes coríntios, convertidos de Paulo como eram, figuram como uma carta de recomendação a favor de Paulo, escrita pelo próprio Cristo.

VII – O MINISTÉRIO DO EVANGELHO (3.4-7.16)

Ato contínuo, Paulo descreve a superioridade do evangelho em relação à lei de Moisés. O fato que a glória de Deus, estampada no rosto de Moisés, ia se dissipando quando ele descia do Monte Sinai, representa a natureza temporária do pacto mosaico. Agora estamos desvinculados da lei e de sua condenação, mas tal qual Moisés refletia a glória passageira da antiga aliança, nós deveríamos refletir a glória maior, crescente e permanente do novo pacto. Quão admirável é que Deus tenha confiado a pregação de Seu glorioso evangelho do novo pacto a pobres e fracos seres humanos! Todavia, a despeito de sentirmos nossa própria debilidade, conforme escreve Paulo, não nos desesperamos, pois a esperança da ressurreição nos faz esquecer nossos atuais perigos físicos quando pregamos o evangelho. Sentindo profundamente o tamanho do privilégio e da responsabilidade que lhe cabia, como ministro da nova aliança, Paulo reivindica para si uma atitude consciente e íntegra, sem importar quão adversas ou quão favoráveis eram as condições de seu ministério.

VIII – SEPARAÇÃO DO PECADO

Na dissertação de 6.11-7.1, Paulo retrata a vida separada do pecado como uma experiência que amplia nossos horizontes ao invés de estreitá-los. Alguns estudiosos têm pensado que essa exposição faz parte da carta que se perdeu, mencionada em ICo. 5.9: "*Já em carta vos escrevi que não vos associásseis com os impuros*". Mas, por que um trecho daquela carta teria sido inserido aqui é difícil de entender, e a evidência fornecida pelos manuscritos não indica que o trecho ICo. 6.11-7.1 não pertencia originalmente à esta segunda epístola.

IX – A OFERTA (Caps. 8 e 9)

Pleiteando a favor de uma oferta generosa em prol da igreja de Jerusalém, Paulo alude à liberalidade dos crentes macedônios como digna de imitação, e mais digno ainda de emulação é o auto sacrifício de Cristo. “Noutra oportunidade talvez vós é que estejais precisando de ajuda”, argumenta Paulo. “Outrossim, vós vos apegastes intensamente a essa ideia de uma oferta, quando eu a mencionei diante de vós pela primeira vez, há algum tempo atrás. Não queirais provar ser infundada a minha ufanía diante dos macedônios por causa de vosso zelo”.

X – A DEFESA DO SEU MINISTÉRIO

Os oponentes de Paulo o acusaram de ser ousado quando ausente e covarde quando presente. Por esse motivo ele relembra seus leitores que a mansidão é uma virtude de Cristo, mas, à semelhança de Cristo, ele poderia ser ousado na presença deles, se assim o quisesse, e assim realmente faria se necessário, embora no Senhor, e não por iniciativa própria (caps. 10-13). Nesses capítulos o apóstolo apresenta as credenciais de seu ministério apostólico, a saber: sua sinceridade como pregador (nem mesmo aceitava salário da parte dos crentes de Corinto); seus contínuos sofrimentos; as revelações especiais que recebera de Deus e os prodígios miraculosos que operava. Porém, Paulo procurou resguardar-se do orgulho, reiterando com insistência que os rebeldes de Corinto é que o forçavam a escrever daquela maneira, e também mencionando suas debilidades, mormente seu "espinho na carne" (12.7-10). Entre as opiniões propostas acerca da identificação desse espinho, podemos mencionar alguma doença nos olhos, a malária, a lepra, a enxaqueca, momentos de depressão, gagueira ou os falsos mestres. A epístola termina com um apelo para que sua visita vindoura não se torne em ocasião para repreender novamente àqueles crentes.

CONCLUSÃO

Pelo fato de um número tão grande de temas abordados nestas cartas tratarem de questões peculiares aos coríntios, e estarem intimamente relacionadas a circunstâncias culturais específicas, I e II Coríntios proporcionam valiosas oportunidades de se observar como o evangelho imutável, ensinado nas línguas e nas culturas do século I, foi pela primeira vez aplicado a circunstâncias mutáveis. Por exemplo, a forma de negação da ressurreição dos coríntios talvez não seja tão popular em nossos dias, embora possivelmente uma adaptação disso esteja de volta no movimento da Nova Era, mas pode-se aplicar em muitas circunstâncias a insistência enfática de Paulo, na realidade histórica da ressurreição de Jesus, como parte do “fator conhecido” inegociável do evangelho.

Nenhum trecho da obra paulina ilumina mais claramente o caráter do homem Paulo, do cristão Paulo, do pastor Paulo e do apóstolo Paulo do que estas cartas. Nelas ele nos deixa algo concreto em seu convite para imitá-lo e assim imitar Cristo (ICo. 11.1).

Pelo fato de I e II Coríntios confrontarem diretamente todas as formas da alegada espiritualidade que pressupõe independência em relação à ética e conduta, essas epístolas falam tremendamente ao Cristianismo ocidental de nossos dias. I Coríntios faz uma contribuição imensa à doutrina da igreja — sua natureza, unidade, diversidade, características, conduta, interdependência e disciplina — mesmo havendo pouco nela sobre o governo da

igreja (excetuadas inferências extraídas de 5.1ss.). Além disso I Coríntios 15 constitui não somente a lista mais antiga das testemunhas da ressurreição de Jesus, mas também a mais importante análise neotestamentária da natureza da ressurreição.

Estas duas epístolas constituem, dentro da obra paulina, a mais incisiva condenação da arrogância, auto-exaltação, vanglória e autoconfiança. Por outro lado descrevem, em termos práticos, a natureza da vida e testemunho cristãos, destacando o serviço, a autonegação, a pureza e a fraqueza como o contexto em que Deus revela sua força. Talvez o ponto alto seja a ênfase no amor como o “*caminho sobremodo excelente*” (I Co. 12.31—13.13) que todos os cristãos devem buscar.

CARTA AOS GÁLATAS

INTRODUÇÃO

A Carta aos Gálatas tem sido corretamente intitulada “*Declaração da Independência Cristã*”, ao mesmo tempo que nos mostra nossa completa dependência de Deus. Nossa independência diz respeito à lei mosaica e suas exigências. Paulo procura mostrar que a libertação da lei é ao mesmo tempo um relacionamento com Cristo através do Espírito Santo, o que pressupõe haver uma nova regra de vida, uma nova fé, que deve ser seguida pelos cristãos, porque foram liberados do legalismo. Por essa razão, esta carta, acima de todas as outras, com a única exceção de Romanos, é a carta magna da fé cristã.

A carta começa com uma saudação na qual Paulo ressalta o seu apostolado, porquanto queria estabelecer firmemente a sua autoridade, em contraposição aos judaizantes. Em lugar das usuais ações de graças por seus leitores, Paulo introduz imediatamente a razão pela qual havia escrito. Ele estava chocado, porque os cristãos gálatas estavam se bandeando para um outro evangelho, o qual, na verdade, nem era evangelho (1.1-10).



I – A AUTORIA

Com base em considerações de estilo, vocabulário, reiteração de temas, desvendamento da personalidade do autor e considerações literárias, existe consenso geral de que Gálatas é uma epístola paulina autêntica e que ela é muito importante para compreendermos o pensamento de Paulo. Gálatas foi aceita no cânon desde os primeiros dias e há registros de expressões dessa carta na Carta de Barnabé e I Clemente, e nos escritos de Policarpo e Justino Mártir entre outros. As circunstâncias referidas nesta carta coadunam perfeitamente com o que se sabe do Cristianismo da época de Paulo, e a experiência religiosa refletida na epístola é característica daquilo que se sabe sobre Paulo como homem. Juntamente com Romanos e I e II Coríntios, a Carta aos Gálatas faz parte dos chamados “*quatro grandes clássicos paulinos*”.

Paulo escreveu a conclusão da epístola com sua própria caligrafia. As “letras grandes” por ele traçadas podem ter sido feitas para efeito de ênfase, embora alguns digam que a deficiência visual do apóstolo tenha exigido tal maneira de escrever. Ele acusa os judaizantes de serem motivados pelo desejo de escapar das perseguições movidas pelos judeus incrédulos, como também pela ambição de se gloriarem de ser capazes de arrebatá-lo a Paulo os convertidos do apóstolo. De forma contrastante, Paulo chama a atenção para os sofrimentos que vinha suportando jubilosamente, na defesa da sua mensagem, e finalmente roga aos crentes da Galácia que eles mesmos julguem quem era impelido pelos motivos mais puros, ele ou os judaizantes. Ler Gálatas 6.11-18.

II – DESTINATÁRIOS, DATA E LOCAL DA ESCRITA

Na época que esta carta foi escrita, o termo “Galácia” era usado tanto no sentido geográfico quanto no político. O sentido geográfico se referia à parte centro-norte da Ásia Menor, ao norte das cidades de Antioquia da Psídia, Icônio, Listra e Derbe. O sentido político se referia à província romana, organizada em 25 a.C., que incluía as cidades mencionadas e alguns distritos ao sul.

Se a carta foi escrita para crentes da região norte, as igrejas teriam sido fundadas durante a segunda viagem missionária e a carta escrita na terceira viagem missionária, de Éfeso ou da Macedônia, por volta de 55 a.C., portanto depois do Concílio de Jerusalém (At. 15). A favor desta hipótese está o fato de Lucas sempre se referir à região norte quando usa o termo “Galácia” (At. 16.6 e 18.23). Outro argumento a favor desta teoria é a similaridade das declarações de Paulo sobre a justificação pela fé, com aquilo que ele diz na Carta aos Romanos, escrita por volta de 58 d.C.

Militando contra a teoria da Galácia do Norte, temos que Lucas em parte alguma sugere que Paulo tivesse evangelizado a Galácia do Norte. É duvidoso que Paulo tenha visitado aquele território por ocasião de sua segunda viagem, pois “a região frígio-gálata” referida em Atos 16.6, mais naturalmente se refere ao território mais ao sul – a travessia da Galácia do Norte teria requerido um desvio proibitivamente grande para o nordeste. Em outros trechos de suas epístolas, Paulo coerentemente lança mão de termos geográficos no sentido imperial, o que indicaria a Galácia do Sul como o lugar para onde ele enviou a Carta aos Gálatas.



Se a carta foi escrita para os crentes da Galácia do Sul, as igrejas teriam sido fundadas durante a primeira viagem missionária, e a carta escrita no final dessa viagem, provavelmente de Antioquia, por volta de 49 d.C. Sendo assim, esta seria a mais antiga das cartas de Paulo, escrita pouco antes do Concílio de Jerusalém, que se aplica diretamente à discussão que Paulo aborda contra os judaizantes, indicando que o concílio ainda não se realizara.

Assim sendo, a visita que ele fez a Jerusalém, descrita no segundo capítulo 2, não pode aludir ao Concílio de Jerusalém, que ainda não acontecera, mas é alusiva à visita na qual levou alimentos para aliviar a fome (At. 11.27-30). O mais decisivo argumento em favor da Galácia do Sul, com sua data mais recuada, é aquele que diz que se Paulo houvesse escrito essa carta depois do Concílio de Jerusalém, certamente usaria como argumento o decreto do Concílio em prol da liberdade dos gentios cristãos em relação aos preceitos mosaicos, o principal tópico de discussão em Gálatas. No entanto, o apóstolo não faz menção alguma a tal decreto. A improvável omissão subentende que essa epístola foi escrita antes daquele concílio ter-se reunido, e, assim sendo, em um tempo que Paulo tinha visitado somente a Galácia do Sul, e não também a Galácia do Norte. Também é duvidoso que Pedro tivesse vacilado, como vacilou (Gl. 2.11ss), após o Concílio de Jerusalém, durante o qual defendeu com rigor a posição de liberdade que nos livra da lei de Moisés. Outrossim, Paulo menciona Barnabé três vezes no capítulo 2, como se Barnabé fosse figura bem conhecida de seus leitores, e Barnabé viajara com Paulo somente pela Galácia do Sul. Pelo tempo em que Paulo atravessou a Galácia do Norte, por ocasião de sua segunda viagem missionária, eles já haviam se separado, por terem discordado no tocante a João Marcos.

III – TEMA

A Carta de Paulo aos Gálatas diz respeito à controvérsia judaizante, que provocou a convocação do Concílio de Jerusalém (At. 15). Questões cruciais, de natureza histórica e teológica, estão envolvidas na Carta aos Gálatas. Muitos dos primeiros cristãos, na maioria judeus, continuaram a viver segundo seus moldes judaicos, incluindo a frequência à sinagoga e ao templo de Jerusalém, oferecendo holocausto, observando os rituais e os tabus dietéticos da lei mosaica, e mantendo-se socialmente distantes dos gentios. Mas a conversão dos gentios

colocou a Igreja diante de importantes questões. Os cristãos gentios deveriam ser obrigados a submeter-se à circuncisão e a praticar o modo judaico de vida, conforme era exigido dos prosélitos gentios que entravam no Judaísmo? Para o caso daqueles gentios cristãos, que não estavam dispostos a tornar-se totalmente judeus, deveria haver uma cidadania de segunda classe no seio da Igreja, como no caso dos "tementes a Deus" gentios dentro do Judaísmo? E, o mais importante de tudo, aquilo que torna um indivíduo cristão é a fé em Cristo com exclusividade, ou a fé em Cristo mais a adesão aos princípios e às práticas do Judaísmo?

Os judaizantes, incluindo os judeus e os gentios que se tinham tornado judeus, insistiam que os moldes judaicos seriam necessários para os cristãos. Se tivessem prevalecido seus pontos de vista, não somente teria sido subvertido o evangelho da salvação como uma dádiva gratuita da parte Deus, mas também o Cristianismo poderia ter-se dividido em duas igrejas: uma igreja judaica pequena e laboriosa, mas que acabaria se dissipando; e uma igreja gentílica, teologicamente desarraigada e inclinada ao sincretismo pagão. Ou, mais provavelmente ainda, a missão cristã entre os gentios quase certamente teria cessado e o Cristianismo morreria, como aconteceu com muitas seitas judaicas, porquanto a maioria dos gentios não estavam dispostos a viver como judeus, além de reputar a circuncisão como uma abominável mutilação do corpo humano, cuja beleza os gregos tinham ensinado a apreciar. Deus, entretanto, não permitiria que Seus propósitos fossem distorcidos pelo sectarismo.

A Carta aos Gálatas é a grande carta patente da liberdade cristã, que nos livra de todas as opressivas teologias da salvação através dos esforços humanos, e que por outro lado serve de grandiosa afirmação da unidade (não uniformidade) e igualdade de todos os crentes, dentro da Igreja de Jesus Cristo.

IV – ARGUMENTO AUTOBIOGRÁFICO

Paulo apresenta um argumento autobiográfico, defendendo o evangelho da graça de Deus, em contraste com a mensagem judaizante, a qual requeria a aderência à lei mosaica como condição de salvação. Paulo assegura que o evangelho da livre graça lhe fora dado por revelação direta da parte de Jesus Cristo. Por certo não poderia ter-se originado em seus dias passados, argumenta ele, porque fora um judeu zeloso de sua religião antes de converter-se ao Cristianismo. De igual modo, não fora aprendiz dos apóstolos em Jerusalém, visto que nem ao menos se encontrara com eles, senão depois de três anos da sua conversão. Quando visitou Jerusalém, encontrou-se somente com Pedro e Tiago, tendo permanecido ali por somente quinze dias, não sendo conhecido pessoalmente dos cristãos judeus de maneira geral. Visto que o evangelho da graça não pode ter tido origem no seu passado, nem em seus contatos pessoais em Jerusalém, sem dúvida provinha do próprio Deus. Ao visitar novamente a cidade de Jerusalém, catorze anos depois, os líderes cristãos — Tiago, Pedro e João — reconheceram formalmente a correção do evangelho da graça que ele pregava entre os gentios, estendendo-lhe a destra da comunhão. Acresça-se a isso que nem ao menos exigiram que Tito, companheiro gentio de Paulo, fosse circuncidado.

Ao chegar em Antioquia da Síria, a princípio Pedro comia em companhia de cristãos gentios; mas depois cedeu sob a pressão dos judaizantes, então Paulo repreendeu publicamente Pedro, restando implícito que Pedro retrocedeu diante da reprimenda. Caso contrário, dificilmente Paulo teria usado esse incidente como um argumento em seu favor. O

fato que até Pedro foi repreendido por Paulo, exhibe a autoridade do evangelho da graça ensinado por este (Gl. 1.1-2.21).

V – ARGUMENTO TEOLÓGICO

O sumário exposto por Paulo quanto à reprimenda a Pedro contém a base de seu argumento teológico, que aparece logo depois. O termo "justificar", que é utilizado por reiteradas vezes, significa "considerar justo" e apenas mui raramente "fazer justo". No grego clássico significava "tratar com alguém segundo a justiça", quase o oposto do uso paulino, o qual recua até o Antigo Testamento (especialmente a Isaías), onde Deus intervém graciosamente para retificar as coisas entre Ele mesmo e os homens. Apesar disso, o ato gracioso de Deus não perde seu caráter justo, porquanto Cristo sofreu a pena imposta aos nossos pecados, pena essa exigida pela santidade divina, além do que a imputação da retidão divina ao crente faria Deus tornar-se injusto se o condenasse.

Os versículos 2.17-21 poderiam ser parafraseados como segue: *"Se temos de abandonar lei, a fim de sermos justificados pela fé em Cristo, Ele nos encorajaria ao pecado? Não. Antes, se eu voltar à lei, deixarei entendido que peccara quando a abandonei. Mas eu não pequei ao assim fazer, pois Cristo morreu sob o juízo da lei contra o pecado. Na qualidade de crente, morri juntamente com Cristo. Esse é o ponto de vista de Deus a meu respeito. A lei não exerce autoridade sobre um homem morto, especialmente um homem morrera sob sua penalidade, de forma que eu não mais estou sob a obrigação de guardar a lei. Mas Cristo ressuscitou e vive em mim, de tal modo que, embora eu tenha morrido em Cristo quando ele morreu, fiquei livre em Cristo. Portanto, se os homens pudessem tornar-se justos através da observância da lei, então Cristo não precisaria ter morrido".*

A partir desse ponto, Paulo desenvolve o seu argumento teológico. Já que alguém se converteu mediante a fé, por que não continuar vivendo pela fé e não pela lei? Abraão foi justificado antes da lei ter sido promulgada, pelo que, mesmo no Antigo Testamento, a justiça vinha pela fé e não pela lei. A lei pode somente amaldiçoar ou condenar, posto que ninguém a obedece em sua inteireza. Ora, Cristo morreu para libertar-nos da lei juntamente com sua irresistível maldição. O fato que Deus estabeleceu a Sua aliança com Abraão, antes de haver dado a lei por intermédio de Moisés, sugere que o pacto abraâmico é mais fundamental do que a lei, portanto a lei não anulou aquele pacto. A natureza do pacto abraâmico — segundo o lado divino — visava abençoar o descendente de Abraão, e — segundo o lado humano — visava a aceitação da promessa divina por meio da fé. O descendente de Abraão é Cristo, juntamente com todos aqueles que nEle se vão incorporando, por seguirem o exemplo da fé de Abraão.

A lei se revestia de certo propósito, mas de cunho apenas temporário. Era o propósito de conduzir-nos a Cristo, como um antigo escravo-tutor que costumava levar uma criança à escola. A lei conseguiu realizar isso tornando-nos incisivamente cômnicos da incapacidade do homem de tornar-se justo por seus próprios esforços. Estar sob a lei, por conseguinte, equivalia a ser um menor de idade ou um escravo. Em Cristo, porém, somos adultos livres, adotados na família de Deus como filhos e herdeiros, com os privilégios e as responsabilidades das pessoas adultas. Por que reverteríamos a um estado inferior?

Paulo relembra como os gentios tinham aceitado a sua mensagem ao se converterem, e pleiteia diante deles para que aceitassem sua presente mensagem, tal como tinham feito a

princípio. Respalda também seu argumento, ao estilo dos rabinos, mediante uma alegoria baseada num relato do Antigo Testamento: Hagar, a escrava, representa o Monte Sinai, isto é, a lei mosaica com seu centro de operações em Jerusalém, na Palestina. Ismael, seu filho nascido escravo, ilustra aqueles que estão escravizados à lei. Sara simboliza o Cristianismo, com sua capital na Jerusalém celestial. Isaque, seu filho prometido e livre de nascimento, representa todos os filhos espirituais de Abraão, isto é, aqueles que seguem o exemplo da fé de Abraão, e que por isso mesmo são libertados da lei em Cristo Jesus. Ler Gálatas 3.1-5.12.

VI – RESPONSABILIDADE NA LIBERDADE

A última seção maior da epístola adverte contra as atitudes libertinas, aquela atitude negligente que diz que estar isento da lei equivale à licença para praticar a iniquidade. Estar livre da lei não significa ter liberdade para pecar. O crente não deve moldar sua conduta de acordo com a carne (o impulso para pecar), mas deve estar em harmonia com o Espírito Santo. Além disso, cumpre-lhe ajudar amorosamente aos seus semelhantes, sobretudo seus irmãos na fé, contribuindo liberalmente para aqueles que ministram o evangelho. Ler Gálatas 5.13-6.10.

É apenas aparente a contradição entre Gálatas 6.1: *"Levai as cargas uns dos outros"* e Gálatas 6.5: *"Porque cada um levará seu próprio fardo"*. Na primeira Paulo ensina que os crentes deveriam ajudar-se mutuamente em suas atuais dificuldades, e na segunda diz que quando vier o juízo cada qual responderá a Deus exclusivamente pela sua própria conduta.

O fato que Paulo anexou numerosos preceitos que governam a conduta cristã, ao seu prolongado ataque contra o legalismo dos judaizantes, serve para mostrar que o legalismo não consiste de regras como tais. Os livros do Novo Testamento encerram muitas regras de comportamento. O legalismo consiste da imposição de regras errôneas, e particularmente de um número maior de regras que o exigido por uma dada situação, a tal ponto que, em meio à teia confusa de minúcias, as pessoas perdem a capacidade de distinguir os elementos mais importantes dentre os menos importantes, os princípios fundamentais de suas aplicações. O legalismo também envolve o senso de mérito devido à própria obediência do indivíduo (em contraposição ao reconhecimento do fato que a obediência é tão somente um dever) com a consequente perda da dimensão pessoal de comunhão com Deus, alicerçada única e exclusivamente sobre a Sua graça.

CONCLUSÃO

A cruz é o único meio de salvação, e parte alguma das Escrituras deixa isso mais claro do que Gálatas. Cristo veio no tempo determinado para resgatar pecadores escravizados, e Paulo faz uma afirmação importante quando diz que Cristo realizou a obra da redenção fazendo-se Ele próprio maldição em nosso lugar (3.13).

Junto com a ênfase na justificação pela fé em Cristo, acha-se a ênfase na liberdade cristã (5.1). Os crentes devem literalmente viver no Espírito (6.16). As palavras de Paulo continuam sendo a expressão clássica da liberdade que é o direito de nascença de todo aquele que está em Cristo.

A Carta aos Gálatas é um lembrete constante de quão importante é entender as implicações da fé cristã para viver a vida cristã. Nenhuma carta deixa tão claro como esta a importância de vivenciarmos todas as implicações da salvação pela cruz.

A CARTA DE PAULO AOS EFÉSIOS

INTRODUÇÃO

Junto com Colossenses, Filipenses e Filemom, a Carta aos Efésios pertence ao grupo das “epístolas da prisão”, porque Paulo se achava encarcerado quando as escreveu. A posição tradicional atribui todas elas ao período do aprisionamento do apóstolo em Roma (At. 28), mas há possibilidade que a escrita tenha ocorrido em Cesaréia (At. 23–26) ou em Éfeso (II Co. 11.23).

A indicação que Tíquico haveria de acrescentar pormenores a respeito das circunstâncias de Paulo com suas próprias palavras, subentende que Tíquico foi o portador da epístola que veio a ser intitulada “aos Efésios” (6.21-22). O fato de Paulo se identificar como “o prisioneiro do Senhor” demonstra tanto que ele se achava prisioneiro, quando escreveu a epístola, como o fato que ele tinha consciência do propósito do Senhor em seu encarceramento.

I – A RELAÇÃO COM COLOSSENSES

A Carta aos Efésios não foi escrita em resposta a alguma circunstância específica ou controvérsia, conforme se verificou no caso da maioria das epístolas paulinas. No tema compartilhado com a igreja dos colossenses — Cristo, o cabeça da Igreja, que é Seu corpo - a Carta aos Efésios encarece a Igreja como o Corpo de Cristo, ao passo que Colossenses ressalta o fato que Cristo é o cabeça. Colossenses adverte contra falsas doutrinas que subestimam a Cristo, ao passo que Efésios expressa louvor por causa da unidade e das bem-aventuranças usufruídas por todos os crentes em Cristo.

Paulo deve ter escrito Efésios e Colossenses ao mesmo tempo, porque o tema das duas epístolas é extremamente similar (Cristo, o cabeça da Igreja, que é Seu corpo), e porque os versículos concernentes a Tíquico se repetem em forma quase idêntica (Ef. 6.21-22; Cl. 4.7-8). Por conseguinte, Tíquico deve ter levado consigo ambas as cartas numa mesma oportunidade. Colossos ficava cerca de 160 km a leste de Éfeso.

II – DATA E LOCAL DA ESCRITA

Apesar desta carta poder ter sido dirigida à região circunvizinha a Éfeso, e não à própria cidade de Éfeso, há pouca probabilidade de que Paulo a tenha escrito numa prisão em Éfeso. Sobre seu aprisionamento, ele diz que pregava ousadamente como “embaixador em cadeias”, então subentende-se que ele continuava a proclamar o evangelho estando preso (Ef. 6.20). Em Cesareia somente os seus tinham permissão para visitá-lo (At. 24.22-23). Em Roma, Paulo pregava a um cortejo constante de visitantes em sua prisão domiciliar (At. 28.30-31). Sobre a possibilidade da prisão em Éfeso, os argumentos favoráveis e contrários estão apresentados nos capítulos referentes às demais cartas da prisão e às pastorais nesta apostila.

III – AUTORIA E CANONICIDADE

Há poucos argumentos contrários convincentes e muitos a favor quanto à autoria desta carta. A posição tradicional diz que Efésios é uma autêntica carta paulina. Acrescente-se que a tradição eclesiástica mais antiga atribui a Paulo a Epístola aos Efésios, e nela podem ser encontradas várias indicações de sua autenticidade apostólica: (1) Na introdução (1.1) e no corpo da carta (3.1) Paulo se identifica como o autor; (2) Esta carta circulava nas igrejas cristãs desde tempos antigos, sua autenticidade nunca foi posta em dúvida, e já figurava nos primeiros cânons, como o Muratoriano e o de Marcião; (3) No texto há abundância de características semelhantes a dos clássicos paulinos não contestados: a justificação pela fé, o papel da graça, o domínio da carne sobre os não redimidos, a obra de Cristo como reconciliação, o papel dos judeus e da lei; (4) Sobre o relacionamento com Colossenses, os eruditos entendem que dificilmente duas mentes diferentes escreveriam de forma tão semelhante, e Efésios seria um desdobramento da Carta aos Colossenses.

IV – DESTINATÁRIOS

As palavras “em Éfeso”, que se referem ao local da residência de seus leitores originais (1.1), não se encontram na maioria dos mais antigos manuscritos. Assim sendo, Paulo omitiu inteiramente a localização geográfica dos destinatários desta carta. Outrossim, o tom distante com que o apóstolo fala sobre ter “ouvido” acerca da fé de seus leitores (1.15), e sobre eles terem “ouvido” falar de seu ministério (3.2), bem como a ausência dos termos usuais de carinho e afeto, eliminam Éfeso como o destino desta epístola, pois Paulo esteve ali por dois anos e conhecia intimamente os cristãos efésios, que também o conheciam bem.

Certa tradição antiga identifica a igreja de Laodiceia como a destinatária desta epístola. O erudito alemão Harnack sugere que antigos copistas suprimiram o nome Laodiceia por sua condenação em Apocalipse 3.14-22, e que copistas posteriores acrescentaram o nome Éfeso por causa da íntima associação de Paulo com a igreja daquela cidade. De fato, Paulo menciona uma carta que escrevera a Laodiceia em Colossenses 4.16. Porém, visto que nenhum manuscrito menciona Laodiceia em Efésios 1.1, a alteração de “Éfeso” para “Laodiceia” na tradição antiga muito provavelmente foi apenas uma tentativa de identificar a epístola dirigida a Laodiceia, mencionada na Carta aos Colossenses.

V – UMA CARTA CIRCULAR

Há maiores probabilidades que Efésios tenha sido redigida como uma epístola circular, endereçada a diversas igrejas da Ásia Menor, nas vizinhanças de Éfeso. De acordo com esse ponto de vista, a menção de Paulo à uma epístola aos laodicenses (Cl. 4.16), talvez aponte para a Carta aos Efésios, mas não deixa entendido que a epístola foi endereçada exclusivamente a Laodiceia. Pelo contrário, em sua circulação pelas igrejas espalhadas naquela região, essa epístola chegou a Laodiceia, e mais tarde a Colossos como o passo seguinte. Portanto, a natureza circular desta epístola aclara a omissão do nome de qualquer cidade no endereço (1.1). Bastaria uma única cópia da carta que circulara de Éfeso, e que voltasse a Éfeso, para fazer com que o nome daquela cidade ficasse facilmente vinculada à epístola.

VI – AS DOCTRINAS ABORDADAS

Tal como Colossenses, Efésios se divide em duas porções. Os capítulos 1—3 têm natureza doutrinária: os privilégios espirituais da Igreja. Os capítulos 4—6 são uma exortação às responsabilidades espirituais dos crentes. A ênfase que a carta dá à igreja é inconfundível. Esta carta nos informa mais claramente a respeito da igreja universal do que qualquer outro escrito paulino.

6.1 – BÊNÇÃOS CELESTIAIS (Cap. 1)

Após a saudação (1.1-2), Paulo se lança a uma doxologia de louvor a Deus, por causa das nossas bênçãos espirituais em Cristo “nas regiões celestiais” (1.3-14). Em outras palavras, a união do crente com Cristo envolve a participação em Sua exaltação, tanto quanto em Sua morte, sepultamento e ressurreição. A doxologia delinea o papel desempenhado por todos os três membros da Trindade na salvação: o Pai seleciona os crentes (a doutrina da eleição, versículo 4); o Filho os redime (versículo 7); e o Espírito Santo os “sela”, ou seja, o dom do Espírito é a garantia ou penhor de que Ele completará a salvação dos remidos, quando da volta de Jesus Cristo (1.13-14). Uma ação de graças, com uma oração para que os cristãos possam compreender e apreciar a imensidão da graça e da sabedoria divinas, segue-se à doxologia (1.15-23).

6.2 – A GRAÇA DIVINA (Caps. 2 e 3)

A fim de ajudar seus leitores a apreciarem a magnitude da graça divina, o apóstolo contrasta o domínio que o pecado exercia sobre eles, antes de se converterem, e sua libertação de tal tirania após a sua conversão. Também ressalta o fato que a salvação é algo totalmente desmerecido; ela é dada mediante a graça divina, através da fé, e à parte de boas obras meritórias. O ato divino da salvação produz boas obras, mas estas são consequência e não meio de salvação. A graça divina manifesta-se sobretudo na redenção dos gentios, arrancando-os do paganismo, bem como na sua igualdade com os judeus no seio da Igreja. A linha divisória de hostilidade entre os dois grupos, simbolizada pelo muro existente nos átrios do templo, para além do qual aos gentios não era permitido passar, não existe mais na Igreja. Porém, apesar de ser tão grandioso o plano da salvação, Paulo e seus leitores estavam enfrentando a desagradável realidade das perseguições. Não obstante, ele registra que sua consciência da graça de Deus, e de seus privilégios pessoais na propagação das boas novas, impediam-lhe o desânimo. Uma similar consciência, por parte de seus leitores, de igual modo não os deixaria esmorecer. A seção se encerra com outra doxologia e oração, no sentido que os leitores experimentassem um crescente conhecimento espiritual.

6.3 – UNIDADE E DIVERSIDADE (4.1-16)

As exortações práticas começam com um apelo para a unidade externa crescente, alicerçada sobre a unidade espiritual já existente na Igreja. No entanto, essa unidade inclui certa diversidade de funções, que visam o crescimento do corpo, a Igreja. Cada cristão recebe uma função ministerial, para a qual os líderes da Igreja precisam equipá-lo.

6.4 – A CONDUTA SANTA (4.17–5.14)

Seguem-se instruções diversas sobre a santificação: dizei sempre a verdade; mostrai-vos indignados por justa razão, se isso for necessário, mas não permitais o pecado por falta de controle da ira. Não furteis. Evitai a linguagem obscena e o humor malicioso. A seção termina com um poema que pode ter-se originado em algum primitivo hino batismal, entoado no momento em que o batizando emergia das águas:

“Desperta, ó tu que dormes, levanta-te dentre os mortos, e Cristo te iluminará”.

6.5 – O ENCHIMENTO COM O ESPÍRITO SANTO (5.18—6.10)

A exortação paulina para que nos enchamos com o Espírito Santo indica que tal enchimento se manifestará pela abstenção de bebidas alcoólicas, a prática dos cânticos jubilosos e a submissão mútua entre os crentes, que envolve as obrigações sociais da subordinação de uma esposa ao seu esposo, usada como exemplo da subordinação da Igreja a Jesus Cristo, o cabeça. O amor de um marido para com a sua mulher é moldado no amor de Cristo pela Igreja. Envolve a obediência dos filhos a seus pais, envolve a paciência paterna para com os filhos, a obediência dos escravos a seus senhores e a gentileza dos senhores para com seus escravos.

Depois disso, Paulo vincula as metáforas da cabeça e do corpo com um quadro sobre a Igreja que a apresenta como a noiva de Cristo. Tal como marido e mulher se tornam “uma só carne” no relacionamento marital, assim também Cristo e a Igreja são espiritualmente um só. Os eruditos têm sugerido várias fontes para a metáfora paulina da Igreja como o corpo de Cristo. A noção estoica de que o universo é um corpo com muitos membros diversos, a ideia rabínica de que os homens são membros do corpo de Adão em um sentido extremamente literal, a união simbólica ou sacramental do crente com o corpo de Cristo, quando aquele ingere o pão na Ceia do Senhor. Qualquer que tenha sido a fonte ou fontes originárias — se é que algo assim seria necessário para um homem de tanta originalidade quanto Paulo — o certo é que o conceito hebraico de uma personalidade combinada sublinha a metáfora e a doutrina paulina inteira da união entre o crente e Cristo.

6.6 – A ARMADURA DE DEUS (5.15—6.24)

Antes da despedida, Paulo exortou seus leitores que se revestissem com a armadura espiritual provida por Deus, e que combatessem contra as forças satânicas que dominam o mundo. Talvez a visão do soldado, a quem estava acorrentado em sua prisão domiciliar, enquanto ditava a carta, houvesse sugerido ao apóstolo a ideia de “toda a armadura de Deus”. A palavra aqui traduzida por “escudo” denota aquela modalidade de escudo que encobria o corpo todo, e não o pequeno escudo circular dos gregos. “Dardos inflamados” aludem aos dardos e flechas, mergulhados em piche ou algum outro material combustível, o qual era então aceso e lançado na direção do inimigo.

CONCLUSÃO

A Carta aos Efésios é um dos documentos religiosos mais elevados que já foram produzidos, e isso devido tanto à sua sublime mensagem como às suas nobres formas de expressão. Escrita sem as pressões da controvérsia, e sem a necessidade de dar atenção a grandes necessidades pastorais, acima de todos os documentos do NT, contém as mais significativas e profundas declarações sobre os eternos propósitos de Deus relativos aos homens, com a única possível exceção de Romanos capítulo 8. Além disso, esta epístola encerra as mais claras revelações divinas sobre a natureza e o destino da igreja (caps. 1, 3 e 5). Os capítulos 4 a 6 são extraordinários em sua concisa, mas eloquente, expressão sobre as consequências práticas da vida cristã, em face do elevado destino determinado para os remidos pelo sangue de Cristo.

Nesta carta não podemos ignorar o papel supremo de Deus, que opera a salvação apesar da condição indigna dos pecadores. Nem podemos esquecer a grandeza de Cristo ou o fato de que a igreja, que é o corpo dele, ocupa um papel importante na execução do grande propósito de Deus.

Bibliografia:

A Bíblia Anotada (ARA), Charles Caldwell Ryrie, Editora Mundo Cristão, 1ª edição, 1991.
Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia, R.N. Champlin e J.M. Bentes, Editora Candeia, 1995.
Introdução ao Novo Testamento, D. A. Carson, Douglas J. Moo e Leon Morris, Edições Vida Nova, 1ª edição, 1997.
Panorama do Novo Testamento, Robert H. Gundry, Edições Vida Nova, 4ª edição, 1987.